

# promontoria

Revista de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve

Ano 12 - N.º 12  
2015 - 2016

**Editor**

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais  
Universidade do Algarve  
Campus de Gambelas, Faro  
promontoria@ualg.pt

**Comissão Editorial**

António Paulo Oliveira  
Maria João Valente  
Renata Malcher de Araujo

**Dossier Algarve Rural**

Miguel Reimão Costa  
Susana Calado Martins

**Conselho Científico**

Cláudio Torres (Campo Arqueológico de Mértola)  
Cristiana Bastos (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa)  
Joaquim Romero Magalhães (Universidade de Coimbra)  
Jorge Alarcão (Universidade de Coimbra)  
José Eduardo Horta Correia (Universidade do Algarve)  
Jean Pierre Molenat (Centre National de la Recherche Scientifique, França)  
Lawrence G. Straus (University of New Mexico, Estados Unidos da América)  
Maria Jesus Viguera (Universidad Complutense de Madrid, Espanha)  
Michael Kunst (Deutsches Archäologisches Institut, Alemanha)  
Pedro Dias (Universidade de Coimbra)  
Zília Osório de Castro (Universidade Nova de Lisboa)

**IMPRESSÃO**

Gráfica Comercial – Loulé  
[geral@graficacomercial.com](mailto:geral@graficacomercial.com)  
[www.grficacomercial.com](http://www.grficacomercial.com)

**TIRAGEM**

250 exemplares

ISSN 1645-8052

DEPÓSITO LEGAL N.º 199519/03

## ÍNDICE

**Editorial / Apresentação**

7

## ARTIGOS

### Dossier

O Algarve Rural

### **Algarve como viagem**

Duarte Belo

Fotógrafo

11

### **Água, hortas e identidade no Barrocal Algarvio: Saberes ancestrais, problemáticas actuais**

Sónia Tomé

Licenciada em Antropologia e Mestre em Sociologia pelo ISCTE -IUL

39

### **A arquitetura de produção a partir do reaproveitamento da água de nascente na grande propriedade do Barrocal Algarvio**

Marco Barão

Câmara Municipal de Faro

63

### **O sobreiro e a cortiça: identidade, cultura e biodiversidade. Equilíbrio ancestral entre o homem e a natureza**

Sofia Carrusca

Licenciada em Património Cultural pela Universidade do Algarve

91

### **A produção de cal no Algarve: identidade e gestão do território**

Susana Calado Martins

Centro de Estudos em Património, Paisagem e Território, Universidade do Algarve

115

**A tecelagem tradicional e a produção de fibras têxteis no Algarve rural**

Selma Pereira

Centro de Investigação em Artes e Comunicação, Universidade do Algarve

139

**Património, paisagem e arquitetura:  
a antiga vila de Cacela no contexto do Algarve Oriental**

Desidério Batista

Universidade do Algarve / CEPAC, CHAIA

Miguel Reimão Costa

Universidade do Algarve / CEPAC, CAM - CEAACP

165

**Uma leitura da arquitetura tradicional do Algarve  
do espaço urbano ao espaço rural:  
os repertórios dos ornatos em relevo e dos trabalhos em massa**

Marta Santos

Doutoranda em Arquitetura, Conservação e Restauro

Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Miguel Reimão Costa

Universidade do Algarve / CEPAC, CAM - CEAACP

João Pernão

Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

José Aguiar

Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

193

**Mutações no espaço rural:  
a problemática da desruralização  
numa freguesia do sotavento algarvio**

Maria José Pedro

Docente do Agrupamento de Escolas D. José I

217

**Vária****Novos apontamentos para o estudo da talha em Minas Gerais,  
a partir do mapeamento da oficina do entalhador lisboeta**

José Coelho de Noronha

Aziz José de Oliveira Pedrosa

Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais

243

## **Notas de Leitura**

VALAGÃO, Maria Manuel (texto e coordenação);  
CÉLIO, Vasco (fotografia); GOMES, Bertílio (cozinha contemporânea)  
***Algarve Mediterrânico: Tradição, Produtos e Cozinas***  
Lisboa: Edições Tinta-da-China, 2015  
Luísa Ricardo  
261

## **Lista de Autores**

267

## **Âmbito, periodicidade e normas da revista**

269

# História, paisagem e arquitetura: a antiga vila de Cacela no contexto do Algarve Oriental

Desidério Batista  
Universidade do Algarve / CEPAC, CHAIA  
Miguel Reimão Costa  
Universidade do Algarve / CEPAC, CAM - CEACCP

## Introdução

O processo histórico de construção e transformação da paisagem no Baixo Algarve apoiou-se num modelo de ocupação e organização territorial que põe em evidência a utilização simultânea, pelas comunidades humanas, dos espaços marinhos e terrestres. A paisagem histórica de Cacela resultado do trabalho de civilizações, povos e gerações é, em meados do século XX, um testemunho vivo e claro deste paradigma baseado no acerto entre as circunstâncias do meio e a sua humanização. No contexto da orla litoral do Algarve oriental, a antiga vila de Cacela constitui, ainda hoje, um pequeno aglomerado de notável originalidade, especial significado e forte simbologia, integrado numa paisagem que se considera, ainda, ecologicamente equilibrada, com acentuada diversidade biológica e cujo conteúdo estético é de inegável valor cultural, embora cada vez mais ameaçada por padrões de uso considerados insustentáveis. O núcleo histórico de Cacela, integrado no Parque Natural da Ria Formosa, detém o estatuto de património classificado (Imóvel de Interesse Público).

A presente investigação compreende a antiga vila e o território envolvente, comportando uma abordagem abrangente e integradora dos temas mais relevantes da arquitetura vernacular e da organização da paisagem tradicional agro-marinha. O objeto de investigação reúne, por um lado, qualidades e potencialidades que justificam o estudo de âmbito interdisciplinar que se propõe e, por outro lado, necessita atualmente de intervenções que visam a sua recuperação, salvaguarda e valorização, e relativamente às quais é fundamental o conhecimento das suas componentes arquitetónica e paisagística, considerando a relação da organização espacial do conjunto edificado com o seu *hinterland*.

O propósito fundamental do presente artigo incide na leitura integrada do património construído de Cacela em três escalas distintas – paisagem, urbanismo e arquitetura – procurando reconstituir a sua organização em meados do século passado, num período imediatamente anterior ao das grandes transformações que marcaram a região. Os instrumentos para o estudo integrado da arquitetura e da paisagem de Cacela incidem simultaneamente quer no trabalho de campo, com o levantamento, representação e reconstituição da organização do conjunto das edificações do núcleo e da paisagem em seu redor, contando para tal com o contributo da população residente, quer no recurso às fontes históricas e

cartográficas. Com o presente artigo pretende-se contribuir para o conhecimento da paisagem tradicional e do património construído do Algarve (arquitetura doméstica e património dito monumental), incidindo na sua interpretação num momento preciso mas reportada, simultaneamente, aos diferentes períodos da história que marcaram a sua transformação.

### **A orla litoral do povoamento disperso**

A paisagem litoral algarvia desvela as sucessivas transformações operadas pela ação conjunta dos fatores naturais e culturais, ao longo do tempo. Da lenta e continuada ação humana sobre a natureza com vista à transformação dos ecossistemas no sentido do aproveitamento eficaz dos recursos, resultou uma paisagem tradicional caracterizada pela estabilidade física, integridade ecológica, identidade cultural e sustentabilidade económica. Historicamente, o homem terá colonizado desde cedo a orla costeira, baseando a sua exploração quer na permanência da utilização dos recursos marinhos e a sua compatibilidade com a conservação da natureza, quer na manutenção da rentabilidade da terra ao longo do tempo, ou mesmo o seu aumento, sem que se verifique a degradação do fundo de fertilidade do solo. Entre períodos de crise e épocas de desenvolvimento, a pesca e a agricultura forjaram, enquanto atividades socioeconómicas-chave, uma paisagem multifuncional com traços próprios, associada tradicionalmente quer à atividade salineira, pesqueira, mariscadora, conserveira e ao comércio marítimo, quer à horticultura, fruticultura, cerealicultura, viticultura e pecuária.

É esta simbiose entre a fácies marinha e a terrestre que ganha expressão no processo de ocupação da fértil planície litoral. Embora com uma rede urbana costeira tanto de fundação antiga da qual destacamos Tavira, Castro Marim e Cacela, como de fundação mais recente na qual se incluem Olhão, Vila Real de Santo António, Monte Gordo, Cabanas, Santa Luzia e Fuseta, a orla do sotavento algarvio caracteriza-se pela dispersão das populações rurais e marítimas, segundo um modelo de ocupação e organização espacial que reflete a complementaridade e a interdependência entre as atividades ligadas ao campo e ao mar, ao urbano e ao rural enquanto partes indissociáveis de um todo territorial marcado pela sua posição de interface marítimo-agrícola.

A relação daquelas povoações com o mar e/ou a ria, por um lado, e os férteis campos, por outro, marcaram desde sempre e decisivamente a paisagem do Baixo Algarve. O estudo dessas relações e das transformações que ao longo do tempo se operaram no território ribeirinho, são fundamentais para se entender a evolução histórica da paisagem e, deste modo, contribuir para a sua identificação e caracterização, existindo, no entanto, alguns factos que permitem supor uma continuidade histórica no seu processo de colonização. Descrita por Estrabão, já na segunda metade do século I a.C., como uma bela e rica região sob os aspetos

agrícola e marítimo (Bellido, 1942: 3), a base do seu sistema de povoamento (extensivo a todo o Algarve) ficou desenhada pelos romanos para dois mil anos, mas sucessivamente “ratificado” na sua sagração (Gaspar, 1993: 177). No período de ocupação islâmica a vida rural era a predominante em todo o *hinterland*, amplamente cultivado, e ao qual correspondia uma paisagem agrária descrita por Al-Razi como “excelentes hortas irrigadas” (Tahiri, 2010: 44).

Sobre o litoral algarvio no século XVI, e em particular sobre a sua parte oriental, a descrição que dele se faz dá conta de uma economia agrária baseada na fruta, no vinho e no azeite, através de uma policultura intensiva, mas sobretudo de uma economia de mercado apoiada no comércio marítimo (Magalhães, 1970: 53, 147). Este autor recorre com frequência a Frei João de S. José, para explicar que o povoamento disperso característico da planície costeira, se baseia no facto de toda a população, incluindo a que vive em povoações, procurar ter o seu pedaço de terra para a produção agrícola como complemento da sua economia, possuindo duas casas, uma delas no campo para o qual se muda no início do verão, ou habitando permanentemente em boas fazendas (Magalhães, 1970: 36).

Encontramos nesta descrição a confirmação de um modelo de ocupação e organização espacial que, desde cedo indiciado, se ajusta à condição de um território de interface marítimo-terrestre, explorando os seus recursos a partir de atividades socioeconómicas complementares diretamente associadas à dispersão das populações pela faixa litoral em conformidade com as circunstâncias do meio e as diversas conjunturas político-económicas. O recurso a distintas fontes bibliográficas e documentais permite-nos interpretar a cultura material afeta, a partir de então, a este modelo territorial que se apoia simultaneamente nas atividades ligadas ao mar e à terra como estratégia de desenvolvimento e de sobrevivência. Este facto cobra especial importância se considerarmos o longo período de insegurança que pendeu sobre a costa algarvia, sem, no entanto, ter acabado com as armações de pesca, e que terá estado no incremento da dispersão das populações pelo espaço rural sem aparentemente ter alterado a sua estrutura e a sua importância numa economia agrária dependente do comércio marítimo e complementada, exatamente, com as atividades pesqueira e, em determinados momentos, conserveira.

Através da informação prestada pelas *visitações* ao sotavento algarvio efetuadas pela Ordem de Santiago, durante o século XVI (Cavaco, 1987), damos conta da diversidade de usos do solo agrícola e de ocupações profissionais da população. Se pela inspeção de 1518 temos conhecimento da existência, nesta região, de um grande número de reguengos, morgados, herdades, vinhas, pomares e hortas, também ficamos a saber pelo inquérito de 1534 à cidade de Tavira, da presença constante de mareantes e moleiros, o que denuncia a expressão agromarinha destas terras. Por outro lado, através do relatório da visita à Vila de Cacela, em 17 de abril de 1565, sabemos que àquela data, existiam “[...] nesta Villa

çento e çimquenta fogos os quaes todos vivem em suas quintas e montes...”, observação que confirma a ideia de disseminação do povoamento. A sua permanência no espaço e no tempo será certificada nos séculos seguintes por distintas cartografias. O Atlas de Pedro Teixeira sobre os “Portos, barras, cidades e paisagens litorais da Península Ibérica em 1634” publicado sob a designação de o Atlas do Rey Planeta (Pereda & Mariás, 2002) inclui uma representação da foz do rio Gilão, da cidade de Tavira e do território envolvente, que pese os erros de escala que possa conter, demonstra com bastante clareza a distribuição da população pelo *hinterland* cultivado em parcelas de uma geometria regular ocupadas supostamente por pomares, vinhas e ferragiais, como parece denunciar a excelente qualidade gráfica do seu desenho.

Cerca de um século e meio mais tarde, o conjunto das cartas desenhadas por Sande Vasconcelos para diferentes áreas do orla litoral do sotavento algarvio possibilita uma leitura da paisagem da planície costeira que vem reforçar a ideia recorrente da sua ocupação dispersa por gentes que continuam a manter um forte vínculo à terra. Ideia que a Carta Agrícola e Corográfica do Algarve Oriental de Gerardo Pery, datada de 1870, expressa de modo definitivo, acrescentando à representação associada ao padrão da paisagem, à estrutura fundiária e às culturas agrícolas, informação verdadeiramente útil no que respeita à toponímia do espaço rural e às estruturas de produção ligadas à ria e ao mar, como são os moinhos de maré, as salinas e as armações do Barril e da Abóbora na, então, ilha de Tavira.

Este documento materializa uma paisagem desenhada a partir de uma estrutura fundiária que resulta da justaposição de manchas prediais de malha larga correspondente a quintas e fazendas, de gente abastada, e de acentuado parcelamento predial correspondente a montes e casais, de camponeses e marítimos, conformando a dispersão e densidade do povoamento do sotavento algarvio. É a partir dele que se generaliza uma paisagem de campos fechados e plantados: o pomar de sequeiro com alfarrobeiras, oliveiras, figueiras e amendoeiras, as searas intercalares ou sob coberto, as vinhas, as hortas e os pomares de regadio, os pousios e os alqueives, as sucessões de culturas, conformando um diversificado mosaico agrícola e paisagístico que se estende da linha de costa à primeira linha de serros.

A ocupação humana intensa e disseminada da orla litoral entre Olhão e Vila Real de Santo António inscreve-se numa conceção mediterrânica de exploração simultânea do campo e do mar que terá tido uma origem pré-romana, que os romanos e os mouros intensificaram e que após a Reconquista se constitui como uma permanência, perdurando durante a Idade Moderna e o Antigo Regime, e cuja feição de “economia anfíbia” determina a paisagem litoral do povoamento disperso que caracteriza a região em meados do século XX. A perceção desta condição, resultado de um processo histórico lento mas continuado, terá levado Carminda Cavaco (1976: 464) a afirmar, assertivamente, que o “[...] Algarve Oriental

caracteriza-se pelo aparecimento de áreas de perfeita disseminação do casario, em relação com pequenas courelas e hortas [...] por onde se [...] puderam expandir os acréscimos demográficos agrícolas ou de trabalhadores urbanos e marítimos [...].

É na complementaridade entre as povoações e o campo, entre a agricultura e outras atividades, nomeadamente a pesca, e no granjeio da terra por pescadores que vivendo em courelas e casais, são também agricultores, que está a base do desenho da paisagem do povoamento disseminado do Baixo Algarve oriental. Para a confirmação deste paradigma que o tempo, o espaço e o saber acumulado entre civilizações e gerações, ajudou a sedimentar, tomemos como estudo de caso a antiga vila de Cacela e o seu entorno, fazendo uma particular incidência no processo de organização espacial que lhe subjaz em meados do século XX, a partir do estudo integrado de temas fundamentais da arquitetura e da paisagem.

### **A paisagem de Cacela, o campo, a ria e o mar**

O *locus* da antiga Vila, na margem direita da ribeira de Cacela, num ponto elevado da falésia, de onde domina a fértil planície costeira, a zona lagunar e o mar, combina as vantagens de uma posição comercial com as de um sítio defensivo (fig. 1). O que fez com que o núcleo urbano tivesse sido, ao longo do seu percurso histórico, parte integrante do território, tendo-se estabelecido relações biunívocas entre este e a povoação (Batista, 1997). Cacela era, em meados do século XII e de acordo com a descrição do geógrafo árabe Edrici (1099-1164), uma povoação fortificada, bastante povoada, construída à beira-mar, no meio de hortas, pomares e campos de figueiras (Borges Coelho, 1989). De acordo com as duas descrições do século XVI existentes sobre a Vila (S. José, 1557; Sarrão, 1600), que havia recebido Foral de D. Dinis em 1283, parece confirmar-se a caracterização paisagística anterior. A sua população, entre outras razões, pela falta de segurança devido à presença de “mouros na costa”, distribuía-se pelos campos envolventes à povoação a viver em quintas, montes e fazendas ocupadas por pomares de sequeiro, juntamente com cereais, intercalados por vinhedos e hortas.

A “Relação, Declaração e Planta da V.<sup>a</sup> de Cassela” de Alexandre Massai, datada de 1617, constitui um documento fundamental sobretudo para a caracterização da povoação (correspondendo à primeira carta que sobre ela incide) (fig. 2), embora preste, também, informação adicional bastante útil para a interpretação do seu *hinterland*. No que respeita à caracterização da paisagem, confirma-se pela Relação que acompanha a referida Planta, a descrição feita sessenta anos antes, por Frei João de S. José que, já então, referia que a população de Cacela se derramava pelo espaço rural a viver em quintas e fazendas onde se dedicava à cultura de cereais e figos (Guerreiro e Magalhães, 1983, p.54). Esta descrição é retomada por Alexandre Massai quando refere que “[...] os moradores da ditto V.<sup>a</sup> que são 180 vezinhos vivem em redor da V.<sup>a</sup> em quintas

apartadas della o termo hé terra fértil de frutos [...] tem huã Praia de mais de seis léguas em a qual se dezembárqua facilmente [...]”. De acordo com as descrições anteriores ressalta, como elemento fundamental, o predomínio de um povoamento disperso ligado à exploração da terra, em volta de um pequeno núcleo muralhado, embora degradado, com funções administrativas, militares e religiosas.

A leitura da estrutura da povoação e das qualidades da paisagem rural envolvente, marcada por pomares de sequeiro juntamente com cereais, por onde a população se distribuía a viver em quintas, montes e fazendas, parece revelar o tipo de organização social adotado pelos poderes político e eclesiástico, e pelos hábitos sociais dos seus habitantes, constituindo estes o reflexo das condições do meio físico, económico e cultural em que vivem (Batista, 1997, 48): uma costa insegura frequentada por corsários, uma praça-forte em acelerado processo de degradação física, sem habitantes por falta de condições de segurança, e um *hinterland* fértil e agricultado que sobrevive baseado numa economia rural, segundo Henrique Sarrão, “[...] com muito rendimento de figo, azeite, amêndoa e outros frutos de carregação” (Guerreiro & Magalhães, 1983: 163-169).

A “Carta Topographica dos baldios e terras incultas do termo da villa de Casella [...]” (Vasconcelos, 1775) (fig. 3) constitui um documento de fundamental importância para o estudo da arquitetura, urbanismo e paisagem de Cacela. Trata-se de uma referência imprescindível para a interpretação e reconstituição da evolução da paisagem do Algarve Oriental, ao contribuir para a identificação e caracterização das suas estruturas e elementos fundamentais quer de origem natural (falésia, ribeiros, linha de costa, linhas de fecho, etc.), quer de origem antrópica (povoação, edifícios isolados, rede viária, valados, culturas arbóreas, etc.). A carta compreende um registo gráfico minucioso que nos permite a leitura imediata do relevo através da individualização da serra (representada com um desenho mais grosseiro por corresponder a um território menos acessível e conhecido) e da planície costeira (com uma ocupação humana muito mais intensa devido à presença de terras férteis e água abundante), e respetivo padrão de paisagem, com representações bastante cuidadas e diferenciadas das folhas de cultura, das densidades e portes da vegetação arbórea, assim como de outros elementos que organizam a paisagem como a falésia, a rede hidrográfica, a rede viária, os assentos de lavoura, as sebes vivas de compartimentação e os valados, ou ainda as estruturas hidráulicas. É de salientar, informação verdadeiramente útil para a perceção dos principais usos do solo, ao mesmo tempo que identifica tanto as quintas e casais disseminados pelo espaço rural onde habita a maioria da população, como os principais usos e funções do edificado no núcleo urbano que, apesar da perda do poder político-administrativo (reflexo da extinção dos Paços do Concelho), parece continuar a desempenhar um importante papel enquanto centro religioso e militar.

Neste sentido, a qualidade da representação gráfica com recurso à cor, e a riqueza do conteúdo cartográfico expressa quer na espacialização urbana e identificação dos principais edifícios da povoação, quer na toponímia que identifica os sítios, as unidades fundiárias e seus proprietários e/ou aforadores, as estruturas hidráulicas (poços, noras, fontes) e os edifícios associados à produção (fornos de cal, lagar, etc.), permitem-nos testar o elevado valor da Carta Topográfica do Termo de Cacela, como documento ilustrativo e demonstrativo da realidade paisagística do Algarve Oriental na transição para o último quartel do século XVIII. De facto, este documento mostra-se precioso ao permitir visualizar, pela primeira vez, a paisagem histórica de Cacela (Batista, 1997: 49) através de uma conceção cartográfica abrangente e unificadora dos seus espaços urbano, rural e natural.

Esta visão ajuda-nos a compreender que a organização da paisagem se faz a partir da dispersão do casario, forma predominante de povoamento que tem como centro o pequeno e contido núcleo urbano de Cacela implantado no topo da falésia, através de uma estrutura fundiária definida maioritariamente por malhas largas onde plantações arbóreas mais ou menos geométricas alternam com plantações mais densas e de menor porte, adivinhando-se no primeiro caso o cultivo sob coberto, talvez de cereais. Se a respetiva classe fundiária parece corresponder a nobres, fidalgos e clero, testemunhada quer pela presença de morgadios (Morgadinho), quer pela identificação dos seus proprietários (quinta do Governador da vila de Santo António de Arenilha, quinta de D. Maria da Franca, quinta dos Religiosos Agostinhos, etc.) e localizados fundamentalmente na Orla. A esta corresponde uma ocupação humana intensa e uma tipologia agrária baseada em pomares com cultivos anuais sob coberto e hortas testemunhadas pela presença do “Ribeiro das Ortas” e por um conjunto significativo de estruturas de captação de água (noras, poços, fontes) que revelam a presença de recursos hídricos quer superficiais, quer subterrâneos, e em estruturas de produção que indiciam a presença de olivais (lagares) e de calcários (fornos de cal). Por todas estas razões, a referida Carta Topográfica representa a vila de Casella dispersa na paisagem em inúmeras quintas e casais, remetendo para as diversas descrições dos períodos tardo-medieval e moderno.

Do mesmo modo, o Plano hidrográfico da Barra de Cacela (fig.4) mostra-se sumamente importante, não apenas para decifrar as razões daquelas alterações urbanísticas e paisagísticas, mas também por constituir uma ferramenta de apoio inestimável à identificação e caracterização da paisagem nos seus contextos urbano, rural e natural, no período que compreende a última década e meia do século XIX e a primeira do século XX. À escala da paisagem e através de um desenho criterioso e colorido, vislumbramos quer a infraestruturação da nova barra de Cacela, quer o aumento da superfície cultivada e respetiva produção agrícola, que a cuidada e minuciosa representação gráfica das culturas arbóreas e subarborescentes parece refletir. O desenvolvimento deste território está ainda

associado à implantação de uma fábrica de tijolo, duzentos metros a poente de Cacela, que está na origem de outro pequeno aglomerado de estrutura incipiente, correspondente ao atual Sítio da Fábrica, num lugar onde a carta de Sande Vasconcelos (fig. 3) não registava qualquer habitação.

A melhoria das condições de navegabilidade da nova barra (por onde se fazia o acesso ao porto de Tavira) criando condições à reativação do comércio marítimo, através das exportações e da atividade pesqueira e motor do desenvolvimento socioeconómico local (Cavaco, 1976: 254), materializa-se na construção das instalações para dois salva-vidas localizados a poente e a nascente de Cacela e de um farol (representado a amarelo) na foz da ribeira, na boca da nova barra. Será a conjugação destes fatores que irá contribuir para o claro crescimento urbano e demográfico da antiga vila. O registo cartográfico expresso pelo referido Plano incide quer sobre a faixa terrestre continental, quer sobre a formação lagunar em constante alteração, voltando a enfatizar a ideia do núcleo urbano e da paisagem como uma unidade espacial que continua a merecer um tratamento cartográfico unificador e integrador das suas distintas dimensões e morfologias (urbanísticas, arquitetónicas, ruralistas, paisagísticas).

No primeiro caso, torna-se evidente o desenho do núcleo urbano implantado à cota 25.8, a referência às coordenadas do campanário da igreja (Lat. 37° 9' 19''.8 N; Long. 7° 32' 40''.9 W), a forte presença da falésia e das ribeiras representadas de modo bastante expressivo, assim como os campos agrícolas com uma representação que permite adivinhar a geometria regular das folhas de cultura, com ou sem árvores, e irregular dos pomares de sequeiro. A forma como o presente Plano hidrográfico narra o quadro paisagístico de Cacela enquanto reflexo da conjugação das potencialidades naturais do território e do dinamismo socioeconómico do meio, confere-lhe grande importância ao adicionar ao papel de registo cartográfico o seu valor como documento histórico cuja informação nos ajuda a traçar a evolução da paisagem do Algarve Oriental, no contexto de mudança que se reconhece na paisagem algarvia.

Para a concretização deste objetivo, adicionamos uma nova carta para o estudo integrado da paisagem e do núcleo de Cacela no início da segunda metade do século XX (Costa & Batista, 2014) (fig. 6). O propósito fundamental para a elaboração da presente carta está relacionado com a caracterização da antiga Vila e da sua envolvente territorial, na década de 1960, num momento em que a sua organização é, por um lado, testemunho da continuação do seu papel como centro religioso e militar e, por outro lado, o reflexo da consolidação de uma pequena comunidade que permanece ligada, simultaneamente, às atividades da ria e do campo. De algum modo, este desenho procura ainda constituir uma ressonância das diversas cartografias da história de Cacela, retomando a sugestão da carta de Massai de representação simultânea de aspetos relacionados com a paisagem, com o urbanismo da vila e com a organização interna das diferentes edificações (fig. 7).

De acordo com os registos da Conservatória do Registo Civil de Vila Real de Stº António, em 1960 o número de fogos na povoação era de 24 e o número de habitantes de 72, verificando-se um decréscimo relativamente à situação que se verificava em 1928 com 26 fogos e 109 habitantes (Batista, 1997, 76), prenúncio da perda de população que se irá acentuar nas décadas seguintes, mas ainda com uma população ativa que dividida entre as atividades marítimas e campestres evidencia a ligação do núcleo urbano ao território envolvente. Neste, a densidade de população rural é, à data, uma das mais elevadas do Algarve Oriental com 150 a 250 habitantes por Km<sup>2</sup> (Cavaco, 1976, 172), o que parece ratificar o tipo de povoamento que sempre o caracterizou: o povoamento misto com uma aldeia (agora com mais gente que nos séculos considerados) e casas dispersas, agora de pequenos cultivadores em courelas próprias (o que indicia a divisão cadastral) ou através da densificação da dispersão ao longo da rede viária (Cavaco, 1976, 175-176).

Neste sentido, a paisagem de Cacela na década de sessenta do século XX (fig.6) recorda o modelo de ocupação e organização detetado para os séculos anteriores, que era já o resultado de uma longa evolução, e que se traduz, talvez então mais que nunca, no facto de a paisagem corresponder a uma parte intrínseca do núcleo urbano e não fazer sentido fora dele, o que confere à sua população de agricultores, pescadores e mariscadores e alguns militares um papel essencial na manutenção da sua imagem unitária e indivisível que se reflete quer no trabalho do campo, quer no trabalho da Ria, como se da terra se tratasse, para a produção de bivalves em viveiros. Se a área agrícola se caracteriza pelos campos plantados de amendoeiras, figueiras, alfarrobeiras e oliveiras, entre vinhas, hortas e parcelas desarborizadas que comportam culturas ao ar livre, quase sempre com rotação bianual dum cereal de pragana (trigo e cevada) com uma leguminosa (fava, ervilha, grão-de-bico) e sem pousio anual (fig.6), já a Ria é dividida numa malha reticular, à imagem do parcelamento fundiário, limitada por estacas, drenada e melhorada com areia limpa para a produção de ameijoas e ostras, num processo minucioso de construção de uma *nova* paisagem que acentua a ligação da povoação ao seu *hinterland*. A Planta que se elaborou testemunha, precisamente, isso: a [trans]formação de uma paisagem biologicamente equilibrada e culturalmente significativa, resultado quer da ação de uma pequena comunidade de pescadores-agricultores e da reação da Natureza, quer dos desígnios dos poderes político-militar e eclesiástico que continuam a atribuir à antiga Vila “funções centrais de carácter histórico” de vigilância e controlo da costa, e de serviços religiosos que excedem em muito as necessidades do território mais próximo (fig.6).

Para além de registar as diferentes morfologias associadas aos diversos períodos de transformação do núcleo edificado, a referida planta permite ainda verificar as mudanças que ocorrem a partir de finais da terceira década do século passado, num momento em que o crescimento da aldeia tenderá a perder

relevância. Durante este período, para além de se juntarem mais algumas edificações ao alinhamento disposto ao longo da estrada de acesso à povoação, assistir-se-á à implantação de novas edificações dissociadas nos limites do núcleo ou contíguas a estruturas preexistentes, nomeadamente a norte e a sul do antigo cemitério (fig.14).

### **O núcleo urbano, o património monumental e o espaço público**

Cacela constitui um dos pequenos núcleos de Igreja que integravam a rede de lugares centrais da paisagem do Baixo Algarve Oriental (fig.11) marcada, como vimos, pelo característico povoamento disperso. A sua dimensão particular resulta do facto de juntar ao sítio da Igreja, a condição de sede de concelho (que manteve até 1774 quando o seu termo foi integrado no recém-criado no município de Vila Real de Santo António) e a intermitência da sua importância militar (confirmada nas diferentes campanhas de obras de que foi sendo alvo a fortaleza alcandorada sobre a falésia) (fig.9). Resultando da sua posição geoestratégica, da importância da povoação de outrora ou da produtividade das terras em seu redor, a convergência das funções militar, político-administrativa e religiosa de Cacela, acabará por não se traduzir, até ao início do século passado, na fixação de uma comunidade residente expressiva.

As estruturas edificadas que registam a condição de centro militar, político-administrativo e religioso de Cacela delimitam um espaço amplo (fig.13, fig.15), tomando algumas das linhas de composição dos aglomerados islâmico e tardo-medieval. O seu percurso histórico, de sede de concelho durante séculos a um pequeno núcleo em meados do século passado, cuja população não ultrapassaria as oito dezenas, reflete-se, em certa medida, nos edifícios monumentais de que dispõe: a fortaleza, a igreja e os cemitérios. A fortaleza marca o limite sudeste deste espaço, resultando a sua configuração atual de diferentes campanhas de obras que tiveram lugar sobre a estrutura medieval. Combina, deste modo, a planta retangular enviesada das torres do pano norte (com desenho idêntico ao registado na carta de Massai do primeiro quartel do século XVII) e o desenho abaluartado tardio do pano sul sobre a falésia. A poente da fortaleza, a Igreja de Cacela, embora conserve elementos da antiga igreja medieval (Cavaco, 1984), constitui uma igreja manuelina de três naves com portal renascença que se integra no tipo de série estandardizado no Algarve quinhentista e numa escola de arquitetura com evidentes sinais de originalidade, autonomia e qualidade que tem como seu expoente o pedreiro arquiteto algarvio André Pilarte (Correia, 1982: 28; 1989: 141). No entanto, tão importantes como a fortaleza, a igreja e os cemitérios, são as ruas, a organização dos espaços públicos e de sociabilidade, e a estruturação das áreas domésticas, os materiais e as técnicas de construção utilizadas.

A descrição do núcleo de Cacela constante na carta desenhada por Alexandre Massai em 1617, a que antes fizemos referência, contém diversas informações relativas à organização do espaço interno das edificações, conferindo a esta representação uma qualidade muito particular que resulta da representação simultânea, ainda que pouco detalhada, de Cacela à escala da arquitetura, do urbanismo e da paisagem. Esta solução é possível também em função do reduzido número de edificações que faziam então parte do núcleo que Alexandre Massai refere “[...] não conter em si mais que o dito castelo, uma Igreja e três moradas de casas, uma das quais servindo de casa da Audiência” (Massai, 1617). A vila que o autor descreve restringe-se a um número reduzido de construções, constituindo, deste modo, uma sombra da povoação do período islâmico (Garcia, 2002) ou daquela merecedora do foral no reinado de D. Dinis. A desventura em que caíra a povoação refletia-se ainda no mau estado a que haviam chegado algumas das suas construções e na desocupação da fortaleza. Estas construções conservar-se-ão, no entanto, como os elementos fundamentais de composição urbana e será em seu redor que ocorrerão posteriormente as principais transformações da vila.

De facto, serão frequentes, a partir do período tardo-medieval, as descrições que enfatizam a insegurança desta povoação e o estado de abandono ou degradação das suas estruturas construídas, chegando mesmo a ser defendido o desaparecimento da povoação por Alexandre Massai, no primeiro quartel de seiscentos (Cf. Costa & Batista, 2013) ou a mudança da sede de freguesia para a povoação de Santa Rita (Silva Lopes, 1988: 388) no segundo quartel de oitocentos. Mas será só a partir do início do século passado, com a importância que os eixos rodoviário e ferroviário adquirem a nível da reorganização do modelo de ocupação do espaço rural do litoral do Algarve Oriental, que se assistirá ao aparecimento e desenvolvimento da povoação de Vila Nova de Cacela, localizada a pouco mais de 2 km a nordeste do antigo centro.

Em meados do século XVIII, a povoação constitui ainda um pequeno núcleo com cinco casas de que dá conta o prior de Cacela em resposta ao Inquérito de 1758, quando nota que grande parte das suas construções, incluindo a Igreja e a Fortaleza, já havia sido objeto de obras de reconstrução e reparação dos efeitos do terramoto de 1755 (Cavaco, 2005: 389-392). A carta de Sande Vasconcellos (fig. 3) representa a vila de então, onde apesar de se juntarem as estruturas dos poderes religioso, militar e administrativo, continuava a não se revelar atrativa para a fixação de novos moradores, pelas razões referidas. A Igreja de Cacela é representada ainda sem a casa da Misericórdia ou qualquer outro corpo anexo, não se conferindo especial cuidado ao desenho da Capela-Mor que fora arruinada aquando do terramoto de 1755. Se a este propósito não há alterações significativas entre as cartas de Massai e de Sande Vasconcellos, já o mesmo não se poderá dizer, como vimos, a propósito do desenho da fortaleza que, mantendo o recorte das torres

medievais a norte, será objeto de uma campanha de reconstrução do pano sul que lhe conferirá o característico desenho abaluartado das fortificações modernas.

Outro trabalho cartográfico relevante para este estudo é a “Planta de uma zona de terreno ao norte da igreja de Cacella onde se encontraram algumas antiguidades que foram entregues no Instituto Archeologico de Faro” (escala 1/3000) levantada por Lima de Azevedo com data de fevereiro de 1884, que Estácio da Veiga acabaria por juntar à sua edição das Antiguidades Monumentais do Algarve (Veiga, 2005: 276) (fig.4). Desenhada com o propósito de localizar um conjunto de achados e vestígios arqueológicos deixados a descoberto pela construção da estrada municipal de ligação de Cacela [...] com a ponte nova na estrada real n.º 78 [...] (atual EN 125), esta planta acabará por fornecer um conjunto significativo de informações sobre a organização do núcleo de Cacela, num momento imediatamente anterior a uma fase de significativas alterações que terão lugar entre última década do século XIX e o segundo quartel do século XX. Cacela permanecerá até então como uma praça com Igreja e Fortaleza de uma vila de casais dispersos na paisagem, não se distinguindo muito das sucessivas descrições, entre o período tardo-medieval e a segunda metade de oitocentos. Também Estácio da Veiga acabará por reforçar a mesma condição quando, a propósito da construção da estrada a que antes fizemos referência, refere servir a mesma “[...] para se abrir o caminho da Igreja aos moradores mais apartados da sede parochial [...]” (Veiga, 2005: 275).

A planta é bastante cuidada na representação dos elementos que conformam o espaço público do núcleo, desenhando o limite recortado da Igreja (já com as construções adossadas à Igreja), o recorte da fortaleza confinante com o espaço público, a banda de casas que definiam o seu limite a norte (onde se integravam a antiga casa da Câmara) e ainda a casa do pároco e o cemitério. E é, de resto, a construção do cemitério, a norte do adro da Igreja que constitui a alteração mais significativa que a planta regista. Se até meados do século XVI as sepulturas ocupavam o interior da igreja e a partir de 1565 a sua ocupação se estende ao adro do templo (Cavaco, 1987: 279), na transição do século XVIII para o século XIX é construído o primeiro cemitério junto à igreja, concorrendo com o seu valor plástico para a qualidade espacial e arquitetónica do espaço central da antiga vila (Batista, 1997: 109). A sua implantação aparece associada ao desaparecimento daquela que era provavelmente a edificação legendada como “Caza do prior” na planta de Massai (fig.2). A ser assim, a edificação hoje designada por casa do pároco não corresponde à construção seiscentista original, ainda que uma parte dela apareça já representada na carta de Sande Vasconcellos (fig.3), entre aquela e o pelourinho.

Até finais do século XIX, Cacela manter-se-á com um número exíguo de edificações, não se distinguindo consideravelmente do lugar de setecentos. Constitui uma povoação que, para além das casas da Câmara ou do Pároco, contava com

cerca de meia dezena de fogos em meados do século XVIII (Cavaco, 2005: 392) como em meados do século XIX (Lopes, 1988: 387). No final do século XIX e início do século XX, a melhoria das condições de navegabilidade da barra de Cacela por onde se estabelecia, então, o acesso marítimo ao porto de Tavira, o fabrico de tijolos para exportação numa fábrica, junto à Ria, e a valorização dos frutos secos (amêndoa, figo, alfarroba, etc.), a par de um certo crescimento da pesca com embarcações de tamanho médio e contando com facilidades de descarga (Cavaco, 1976: 254), irá promover o desenvolvimento do comércio marítimo no porto de Cacela, da pesca e da agricultura. É, neste contexto, que se assistirá à fixação de população na antiga vila, contribuindo para a seu desenvolvimento urbano, passando a integrar importantes atividades marítimas como a pesca e o comércio.

O acréscimo demográfico que então se observou diz respeito a uma população que associa a pesca artesanal à atividade agrícola no trabalho simultâneo da fâcies marítima e terrestre, construindo um modelo de ocupação e organização da paisagem baseado no desenvolvimento das atividades agromarinhas, perpetuando um processo de transformação paisagística de acordo com a dinâmica histórica local nas suas vertentes económica, social e político-militar. Os elementos fundamentais da sua economia neste período de apogeu, ainda que curto, reiteram o modelo de ocupação e organização espacial que evidencia a inter-relação entre o núcleo urbano e o seu *hinterland*, de que resulta uma paisagem cultural cujas estruturas, edificadas e não edificadas, inseridas no tempo, põem em destaque a apropriação dos espaços marinho e terrestre.

Assim, e tal como ocorre com outras povoações de pequena dimensão organizadas em redor da Igreja que pontuavam o povoamento disperso do Baixo Algarve em meados do século XIX, Cacela será objeto de uma transformação considerável, entre o início da última década daquela centúria e as duas primeiras décadas do século XX. O desenvolvimento do traçado viário que justificou a elaboração do desenho de Lima de Azevedo, com o propósito de ligação ao exterior, irá servir de matriz ao crescimento da povoação traduzido numa ocupação de cariz habitacional e na implantação de outro cemitério (no outro lado da rua, junto à arriba, no limite poente da povoação), o que contribuirá para o redesenho urbano da antiga vila no que respeita quer à malha urbana, quer ao seu perímetro. Poderemos, a este propósito, recorrer à comparação daquele desenho, datado de 1884, com a representação da povoação constante no Plano hidrográfico da Barra de Cacela de 1915, à escala 1:10000, da autoria de J. Herz, 1º Tenente (com correções feitas em 1916 pelo Capitão Tenente E.T. d'Almeida Carvalho), para concluir que é, efetivamente, neste período de cerca de trinta anos que a povoação mais cresce (fig.5).

A transformação do núcleo durante este período comportará, a nível da disposição das novas edificações, dois temas fundamentais, como sejam a formação de um novo conjunto edificado entre a fortaleza e as casas da Câmara e

da Cadeia através da ocupação parcial do espaço central da povoação e o alinhamento de novas edificações ao longo do lado poente do novo eixo de acesso à aldeia. No primeiro caso, assistir-se-á a uma reconfiguração do espaço central da aldeia e à constituição de um novo arruamento com declive acentuado de acesso aos espaços agrícolas a nascente e à ria. No segundo caso, retomar-se-á um tema fundamental da arquitetura da região deste período, relacionado com o propósito de implantação da edificação ao longo dos novos eixos que entretanto se abriam, muitas vezes associada ao desígnio da representação e ao cuidado colocado na composição da fachada com integração de elementos decorativos. Classificado como Imóvel de interesse Público em 1996, Cacela manterá à data, no essencial, os limites que a conformavam em meados do século XX.

### **A transformação da arquitetura tradicional e a organização da habitação**

As alterações que marcaram o núcleo de Cacela entre os últimos anos do século XIX e o primeiro quartel do século XX coincidem com um período de significativa transformação da arquitetura tradicional do Algarve. A densificação do povoamento rural, a tendência de implantação ao longo das novas estradas que então se abriam e a expansão dos aglomerados urbanos da zona meridional da região acabarão, também, por registar a importância desta transformação através da profusão de soluções construtivas e de elementos de expressão decorativa, até então raros ou ausentes nos conjuntos edificados algarvios. Referimo-nos, por exemplo, às chaminés rendilhadas, às platibandas, às açoteias, ao uso abundante da cor, dos fingidos ou dos trabalhos em massa. A nível da organização da habitação, esta transformação resultará na perda de importância de um processo mais circunstancial de edificação por sucessiva adjunção de construções e na gradual preponderância de modelos ou soluções cristalizadas a nível morfológico, distributivo e construtivo (Costa, 2010).

A transformação urbana e o crescimento do núcleo de Cacela, a partir de finais do século XIX, inscrevem-se neste processo de mudança, considerando os aspetos relacionados, não apenas com a imagem e o património urbano (Padrão, 1967), mas também com as características morfo-tipológicas do conjunto edificado. Entre as construções vernaculares anteriores a este período, poderemos registar o alinhamento constituído pelas antigas casas da Câmara (habitação n.º1) e da Cadeia (habitação n.º2) (compreendendo a primeira um portal de desenho manuelino até 1987 quando foi demolida) e pelas edificações contíguas a nascente e a poente, já representadas na carta de 1775 da autoria de José Sande Vasconcelos. No interior da fortaleza, os quartéis e as restantes instalações militares conformam dois alinhamentos edificados paralelos resultantes de duas campanhas de obras realizadas naquela estrutura (a primeira aquando da integração dos meios-baluartes e a segunda após o terramoto de 1755) (Costa & Batista, 2013). Aqui, como no

alinhamento edificado da casa da Câmara, a justaposição no tempo das diferentes construções é organizada em linha, remetendo, ainda assim, para soluções diferenciadas na cobertura. Em contraponto, a casa do pároco (habitações n°13/14) regista um processo de adição de diferentes construções com cobertura de uma água que resulta num perímetro expressivamente irregular e numa diversidade formal associada aos diversos planos da cobertura. A organização interna destas edificações decorre, fundamentalmente, da geometria das paredes estruturais das diferentes células, conferindo menor importância aos tabiques e às paredes divisórias não estruturais.

A partir de finais do século XIX, este padrão, muito característico do Algarve Rural, tenderá a dar lugar a uma solução mais estanque que, com expressões diferenciadas, se poderá encontrar nas diversas subunidades da região, podendo ser encontrada, com todas as suas variantes, em áreas de planície ou de montanha, em espaço rural ou urbano. Trata-se de uma edificação de planta retangular, com cobertura de duas águas correspondente a duas alas de compartimentos divididos por tabiques ou paredes de adobe. Quando implantada em área de declive mais pronunciado, esta forma compreendia frequentemente a integração de um meio-piso inferior (alinhado com a parede estrutural da cumeeira), resultando numa fachada anterior de dois pisos e numa fachada posterior com apenas um piso. A solução mais corrente, comportará três compartimentos na ala anterior que correspondem a uma casa de fora central (por vezes convertida em corredor) ladeada por dois quartos, remetendo a cozinha para a ala posterior. De um modo geral, esta organização refletir-se-á numa fachada principal simétrica marcada pela posição central da porta ladeada por duas janelas e pela presença dos elementos decorativos a que anteriormente se fez referência.

As edificações construídas em Cacela no primeiro quartel do século passado inscrevem-se genericamente neste quadro tipológico, resultando em variantes distintas decorrentes dos constrangimentos da implantação ou dos recursos dos seus proprietários (fig. 7). É dentro deste quadro que se inscrevem grande parte das novas edificações construídas neste período a norte e a sul do cemitério antigo ou ao longo da estrada de acesso à aldeia. O alinhamento edificado a sul da casa da Câmara ilustra também algumas das variantes referidas: no limite poente, cada uma das alas da edificação é convertida numa habitação autónoma de três compartimentos (fig. 7, habitação n°19/20); a edificação a nascente constitui uma parcela mais estreita resultando na presença de apenas dois compartimentos em cada ala da edificação (habitação n°23), como, de resto, é particularmente recorrente nos centros urbanos da região. A implantação em área de declive acentuado resultará ainda no desenvolvimento da edificação em dois pisos (habitações n°21/22/23/28), em que o piso inferior, semienterrado, ocupa apenas uma parte da parcela, constituindo nalguns casos uma habitação autónoma.

No que respeita à organização da habitação poderemos afirmar que excluindo os assentos ribeirinhos de cabanas de junco, ainda muito comuns no Algarve de início de novecentos, a habitação de um único compartimento acabará por ter uma presença episódica ou pontual nos conjuntos edificados da região. A pequena habitação tradicional tende a organizar-se, no espaço urbano como no espaço rural, a partir da contraposição de dois espaços distintos. Em muitos casos, esta organização resultava na composição de uma casa de entrada iluminada pela porta de acesso e de uma casa interior penumbrosa, inscrevendo-se na tradição da pequena habitação tardo-medieval e moderna constituída pela *casa dianteira* e *casa de dentro*, *camera* ou *celeiro*.

Na aldeia de Cacela de meados do século XX, as habitações de menor dimensão constituem, justamente, edificações de dois compartimentos, onde poderia residir uma família mais ou menos numerosa, sem terra e dependente das atividades da pesca e da apanha de marisco (habitação n°21 piso térreo) ou dos trabalhos sazonais nas fazendas próximas (habitação n°6). De um modo geral, nestas habitações o fogo fazia-se, com ou sem lareira, no compartimento de entrada, servindo o espaço interior de quarto e despejo. Nalguns casos, com a construção de uma nova edificação, estes conjuntos de dois compartimentos poderão ser integrados em habitações maiores constituídas, assim, por dois núcleos sem comunicação interna, numa solução especialmente frequente nos aglomerados rurais do Alto Algarve.

As tipologias mais características da região da primeira metade do século XX (a que temos vindo a fazer referência) aparece associada, em qualquer caso, à tendência para uma maior especialização do espaço interno. Nas habitações de menor dimensão, esta tendência resultará frequentemente na presença de uma casa de entrada, de uma cozinha e de um quarto (habitações n°19/20). Às habitações de maior dimensão corresponderão um número mais significativo de quartos e a frequente conversão da casa de entrada em corredor associado à integração de uma casa de jantar na proximidade da cozinha (habitações n°21/22).

Os conjuntos edificados de pescadores e mariscadores são constituídos fundamentalmente pelos espaços da habitação, a que se poderiam juntar, ocasionalmente, um espaço de arrecadação de redes e apetrechos de pesca e, nalguns casos, de alfaias agrícolas. Acabarão, no entanto, por revelar uma diversidade significativa, a nível da dimensão, organização e posse da habitação (entre casas próprias e alugadas), refletindo uma diversidade de rendimentos entre mestres ou camaradas em embarcações de Vila Real de Santo António (habitações n°8/22/26/27), proprietários de pequenas embarcações locais (habitações n°19/20/21/29), ou mariscadores que complementavam os seus rendimentos nas épocas das campanhas do figo, da amêndoa, da uva e da azeitona nos campos agrícolas envolventes (habitações n°28 piso térreo/21 piso térreo).

A ligação a uma exploração agrícola acabará, em contrapartida, por resultar em conjuntos edificados de maior dimensão (habitações n°24/25), juntando aos compartimentos fundamentais da habitação, as dependências de arrecadação e/ou transformação dos produtos da terra (celeiros e lagares) ou associadas à criação de gado (cabanas, currais, palheiros, pocilgas). Será também nestas habitações que poderemos encontrar os únicos fornos de pão então existentes em Cacela. Como é frequente nas diversas subunidades regionais, as casas agrícolas acabavam por resultar frequentemente em diversos conjuntos edificados dispersos no espaço urbano (como é aqui especialmente evidente nas habitações n°24/25)

A juntar às razões que convertem estas nas maiores habitações da aldeia, acresce ainda o facto dos seus proprietários se dedicarem a diversas atividades para além das culturas da terra. A habitação 24, associada à parcela que contornava o núcleo edificado de Cacela a poente, pertencia a um pequeno lavrador que era também corregeador e proprietário de uma mercearia e taberna (integrada no espaço da habitação) e de alguns outros fogos que arrendava (habitação n°28). A habitação 25 pertencia a um guarda-fiscal que semeava as hortas de areia na base da encosta da igreja e da fortaleza (fig.10), das quais pagava uma renda à Capitania de Vila Real de Santo António (habitação n°25). E, por fim, o conjunto onde se integrava a habitação 21, residência de uma família de pescadores que cultivava também a pequena cerca localizada a norte, onde se incluía um curral de ovelhas com cobertura de colmo (habitação n°21).

A parcela que contornava a aldeia a norte e a poente, designada por Várzea (fig.12), integrava a exploração da quinta da Terra Branca, situada a pouco mais de um quilómetro a noroeste da aldeia. A esta parcela, estavam ainda associadas duas edificações adossadas ao alinhamento da antiga casa da Câmara, servindo a primeira de armazém para despejos (habitação n°12) e constituindo a segunda uma habitação de dois compartimentos arrendada a família de pescadores (habitação n°11). Uma vez que mais nenhuma casa da aldeia era detentora de uma parcela rural, os proprietários da quinta da Terra Branca cediam, sem encargos, a parte da Várzea situada no limite nascente da aldeia, a algumas famílias de pescadores e mariscadores que assim complementavam os seus rendimentos com as culturas agrícolas.

## Conclusão

O presente artigo incidiu na caracterização integrada do núcleo classificado de Cacela, considerando simultaneamente as escalas da paisagem, do urbanismo e da arquitetura vernacular. Inscreve-se numa investigação mais abrangente que, em termos metodológicos, combina a interpretação do património cartográfico e documental com o levantamento integral do núcleo e com o registo do património oral. Resultado do trabalho de civilizações, povos e gerações a paisagem histórica

de Cacela caracteriza-se por um acerto entre as circunstâncias do meio e a humanização. A riqueza dos sucessivos planos topográficos criados pela estrutura urbana da antiga vila, que mantém o essencial da sua integridade, o elevado efeito qualificador da cisterna e da cerca árabe-medieval, da fortaleza quinhentista-setecentista, da igreja manuelina e da arquitetura vernacular, assim como o jogo de texturas e de cores, conferem ao conjunto urbano um ambiente com elevado interesse do ponto de vista cultural, arquitetónico e social (Batista 1997: 7). A atual morfologia de Cacela resulta simultaneamente, em grande medida, de uma transformação que ocorre entre finais do século XIX e o início do segundo quartel do século XX, sobre uma matriz de traçados, estruturas e construções de diferentes períodos da história.

As alterações posteriores do núcleo edificado incidirão fundamentalmente no espaço público e na gradual transformação do seu conjunto edificado. No primeiro caso, o espaço central do núcleo, então marcado por uma modelação irregular, será organizado, no início da década de 1970, em plataformas de nível diferenciadas que acabarão por separar o espaço em redor da igreja do espaço da fortaleza. A transformação das edificações habitacionais compreenderá, até às décadas de sessenta e setenta, um conjunto de diferentes intervenções, quer de reorganização do espaço interno quer de transformação da fachada. Mas será a partir de então que a transformação de uma parte significativa dos conjuntos edificados se revelará mais intrusiva, com a renovação integral de algumas habitações e a ocupação de diversos logradouros com construção nova. Também o espaço agrícola começará a ser alvo de um processo de intervenção que baseado no desconhecimento da cultura local inicia a substituição dos agro-sistemas tradicionais por culturas exóticas contribuindo para a adulteração e degradação da paisagem rural. Com efeito, nos últimos trinta anos, por motivos que se prendem, fundamentalmente, com a especulação imobiliária reflexo do “boom” turístico e com a falta de uma gestão integrada do património natural e cultural, o núcleo histórico de Cacela e a paisagem envolvente têm sido alvo de um processo que tem conduzido à deformação e empobrecimento do carácter, da expressão e da imagem da arquitetura da vila (Batista 1997: 7). Ao mesmo tempo, tem-se assistido a profundas alterações demográficas que se repercutem sobre os vários domínios da vida coletiva, representando uma ameaça para o equilíbrio social da povoação. Também o seu plano de enquadramento, caracterizado por uma paisagem composta por uma complexa sobreposição e inter-relação de domínios espaciais, tem vindo a ser sucessivamente adulterado e descaracterizado.

Pelo que o núcleo urbano foi e terá de continuar a ser o ponto de partida e um referencial para o equilíbrio da paisagem em que está integrado (Batista, 1997; Costa & Batista, 2013; Costa & Batista, 2014). Não pode estar ausente deste, a riqueza dos valores biológicos, económicos, cénicos e culturais da sua paisagem agro-marinha, integrada no Parque Natural da Ria Formosa. O entendimento

específico desta paisagem está na base da adaptação do povoado ao território e da sua histórica inter-relação. No entanto, e se devido ao processo de evolução estas relações deixam de existir, a imagem e a função, tanto do aglomerado como do espaço cultural e natural que o envolve vão, paulatinamente, perdendo o seu significado, acabando por anular-se. De facto, a antiga vila, privada do seu carácter unitário e do seu quadro paisagístico, cultural e ambiental, perderá grande parte do seu significado. É, neste sentido, que se procurou traçar a evolução histórica das relações profundamente intrincadas entre o núcleo urbano e o território envolvente enquanto partes intrínsecas de um todo interligado cuja coesão está na base da configuração da sua paisagem tradicional e da sua arquitetura vernacular. Para isso, procedemos à leitura integrada da povoação e do seu *hinterland*, a partir de um conjunto de cartas antigas e do cruzamento desta informação com fontes escritas e orais, como base para a reconstituição e caracterização do processo de construção e transformação da paisagem histórica de Cacela no contexto do Algarve oriental.

### Fontes Iconográficas e Cartografia

HERTZ, J. H. y ALMEIDA, E. T. 1916. *Plano hidrográfico [da] barra de Cacela*. Biblioteca Nacional de Portugal.

MASSAI, A. 1617. *Diligencias que em o mes de Mayo passado deste presente anno de 617 se mandou fazer nas obras e fortalezas E calheta de Sines E do reino do Algárue [...]*. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

PERY, G. A. 1890/1908. *Carta Agrícola e Corográfica do Algarve (2 folhas parciais), escala 1:50000*. Lisboa: Direcção Geral de Agricultura.

VASCONCELLOS, J. S. 1775. *A Carta Topográfica dos baldios e terras incultas do termo da vila de Cacela [...]*. Instituto Geográfico Português.

VASCONCELLOS, J. S. 1788. *Mappa da configuração de todas as praças fortalezas e baterias do reyno do Algarve*. Biblioteca Nacional de Portugal.

VASCONCELLOS, J. S. 1793. *Mappa Hydrographico da Costa do Reyno do Algarve comprehendido entre as barras do Guadiana e de Tavira*. Biblioteca Nacional de Portugal.

### Bibliografia

BATISTA, D. 1997. *Bases para uma Proposta de Salvaguarda e Valorização do Núcleo Histórico de Cacela e da Zona Especial de Protecção*. Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico. Évora: Universidade Évora.

BELLIDO, A.G. 1942. *España y los Españoles hace dos mil años*. Libro tercero. Madrid: Collection Austral.

CAVACO, C. 1976. *O Algarve Oriental: as vilas, o campo e o mar*. Faro: Gabinete de Planeamento da Região do Algarve.

CAVACO, H. 1984. *A antiga Vila de Cacela e o seu Alfoz*. Vila Real de Santo António: Câmara Municipal.

CAVACO, H. 1987. *Visitações da Ordem de Santiago ao Sotavento Algarvio*. Vila Real de Santo António: Câmara Municipal.

CAVACO, H. 2005. *A vila de Cacela-a-Velha. Antologia de fontes históricas*. Vila Real de Santo António: Câmara Municipal.

COELHO, A.B. 1989. *Portugal na Espanha Árabe*. Volume 1. Geografia e Cultura. Lisboa: Caminho.

CORREIA, J.E.H. 1982. *A arquitectura religiosa do Algarve de 1520 a 1600*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

CORREIA, J.E.H. 1989. *A Arquitectura do Algarve como expressão privilegiada da sua especificidade cultural*. In *O Algarve na Perspectiva da Antropologia Ecológica*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

COSTA, M.R. 2010. *Alguns temas para a interpretação dos assentamentos rurais no sul de Portugal*. In M.P. Vieira (ed.), *As Idades da Construção*, p. 92-107. Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional.

- COSTA, M.R. & BATISTA, D. 2013. Cacela revisited: a brief study of the architecture and landscape of Algarve. In *Vernacular Heritage and Earthen Architecture: Contributions for Sustainable Development. Proceedings of CIAV2013*. Vila Nova de Cerveira: CRC Press.
- COSTA, M.R.; BATISTA, D. 2014. Contribución al estudio del patrimonio de Cacela: cartografía, arquitectura y paisaje en el contexto del Algarve Oriental en Portugal, p. 62-77. *Apuntes 26* (1).
- GARCIA, C. 2002. Urbanismo Islámico em Cacela: uma intervenção inovadora na região do Algarve. In *Actas del Seminario Urbanismo Islámico: Enfoques diversos para una herencia común*, p. 22-38. Murcia: Comunidad Autónoma de la Región de Murcia.
- GUERREIRO, M.V.; MAGALHÃES, J.R. (eds.). 1983. *Duas descrições do Algarve do século XVI. Frei João de S. José, Corografia do Reino do Algarve (1577); Henrique Fernandes Sarrão, História do Reino do Algarve (circa 1600)*. Lisboa: Sá da Costa.
- LOPES, J.B.S. 1988. *Corografia ou memória económica, estatística e topográfica do reino do Algarve*. Faro: Algarve em Foco.
- MAGALHÃES, J. R. 1970. *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*. Lisboa: Cosmos.
- PADRÃO, J.C. 1967. *Prospecção, preservação e recuperação de elementos urbanísticos e arquitectónicos notáveis, em áreas urbanas e marginais viárias, na região do Algarve. 11º Volume - Cacela*. Lisboa: Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização.
- PEREDA, F. & MARIAS, F. (eds.). 2002. *El Atlas del Rey Planeta. La Descripción de España y las costas y puertos de sus reinos de Pedro Teixeira (1634)*. Fuenterrabía: Nerea.
- TAHIRI, A. 2010. Tavira nos tempos de al-Ándalus: a dinâmica cidade-campo. In *Cidade e os mundos rurais. Tavira e as sociedades agrárias*, p. 35-47. Tavira: Câmara Municipal de Tavira.
- VEIGA, S. E. 2005. *Antiguidades Monumentais do Algarve. Paleoetnologia: Tempos pré-históricos. Volume I*. Faro: Universidade do Algarve.



Figura 1 – Imagem aérea de Cacela (2008). Fonte: José Beira Santos

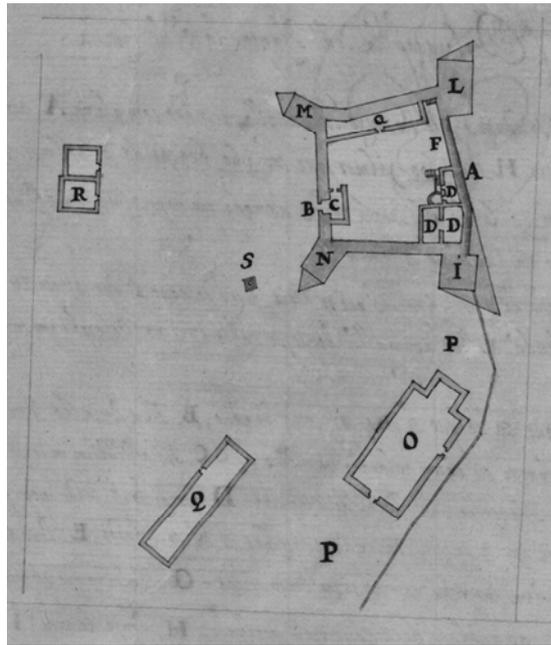


Figura 2 - Planta de la V.<sup>a</sup> de Cassela de Alexandre Massai. A, É o muro que caiu que se deve consertar de novo; B, É a Porta do Castelo onde se deve fazer o fossete ou cova relatado na relação; C, É o Revelim ou corpo de guarda que se deve cobrir e fazer a sua Porta de madeira; D, Casas do Alcaide Mor com dois sobrados em cima que se devem consertar e fazer-lhes um só sobrado; E, Poço de que se serve a Vila; F, sítio onde se podem fazer um par de casas sendo necessário; G, Celeiro que mandou fazer o Comendador ao qual se deve consertar o telhado; H, Praia de areia; I, Torre que tem duas casas em cima; L, Torre terraplenada tem de alto 47 palmos e o próprio muro junto a ela da parte do celeiro; M, Torre onde está o sino da vigia; N, Torre de menagem com duas casas em cima uma por cima doutra; O, Igreja de nossa Senhora da Assunção; P, Adro dela; Q Casa do prior e outras duas mais; R, Casa da Camara; S, Pelourinho. Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo.



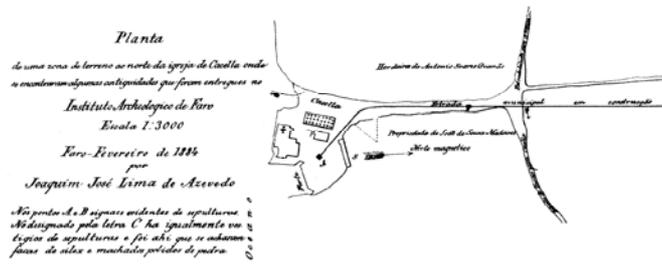


Figura 4 - Planta de uma zona de terreno ao norte da igreja de Cacella [...] de Lima de Azevedo. Fonte: Estácio da Veiga (2005). *Antiguidades Monumentais do Algarve*. Volume I (p.276). Faro: Universidade do Algarve.

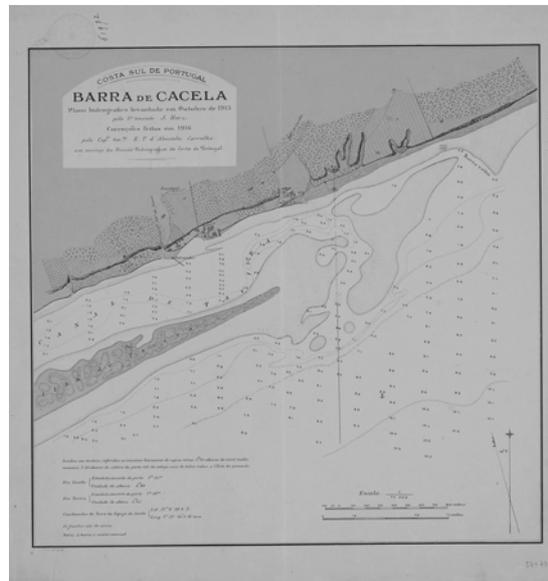


Figura 5 - Plano hidrográfico da Barra de Cacela de J. Herz. Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.



Figura 6 - Carta para o estudo integrado da paisagem e do núcleo urbano de Cacula no início da segunda metade do século XX: a paisagem. 1 Rotação bianual de um cereal (trigo e cevada) com uma leguminosa (fava, ervilha, grão-de-bico); 2 Hortas nas areias; 3 Vinha; 4 Cereais; 5 Cereais e figueiras; 6 Cereais, figueiras e oliveiras; 7 Cereais e oliveiras; 8 Cereais, amendoeiras e oliveiras; 9 Cereais, figueiras, amendoeiras e oliveiras; 10 Cereais e alfarrobeiras. Fonte: MRC/DB.



Figura 7 - Carta para o estudo integrado da paisagem e do núcleo urbano de Cacela no início da segunda metade do século XX: o núcleo urbano. Fonte: MRC/DB.



Figura 8 - A Ria Formosa em Cacela (2012).  
Fonte: MRC.



Figura 9 - Cacela: a Ria, a fortaleza, a igreja e o cemitério novo (2014). Fonte: DB.



Figura 10 - Cacela: as hortas nas areias (2014).  
Fonte: DB.



Figura 11 - Vista aérea de Cacela (2009).  
Fonte: José Beira Santos.



Figura 12 - Cacela e a várzea (1967).  
Fonte: Cabeça Padrão.



Figura 13 - A cisterna e a casa do pároco (1967).  
Fonte: Cabeça Padrão.



Figura 14 - A rua de entrada em Cacela (1967). Fonte: Cabeça Padrão.



Figura 15 - A casa do pároco, a torre da igreja e a casa mortuária (2014). Fonte: DB.